



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IX - Nº 145 - 1ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1998 - R\$ 1,00

**Não aceitemos os acordos traidores de redução de salários.**

**Eles só servem para preparar mais demissões!**

**Não aceitemos as "demissões voluntárias", nem cortes de direitos trabalhistas!**

## **A resposta ao desemprego deve ser dada nas ruas:**

**Abaixo o pacote e o plano do governo!**

**Não pagamento da dívida externa!**

**Ruptura com o imperialismo!**

**Estatização do sistema financeiro,  
sob controle dos trabalhadores!**

**Abertura dos livros-caixa de  
todas as empresas!**

**Nenhum imposto aos assalariados!**

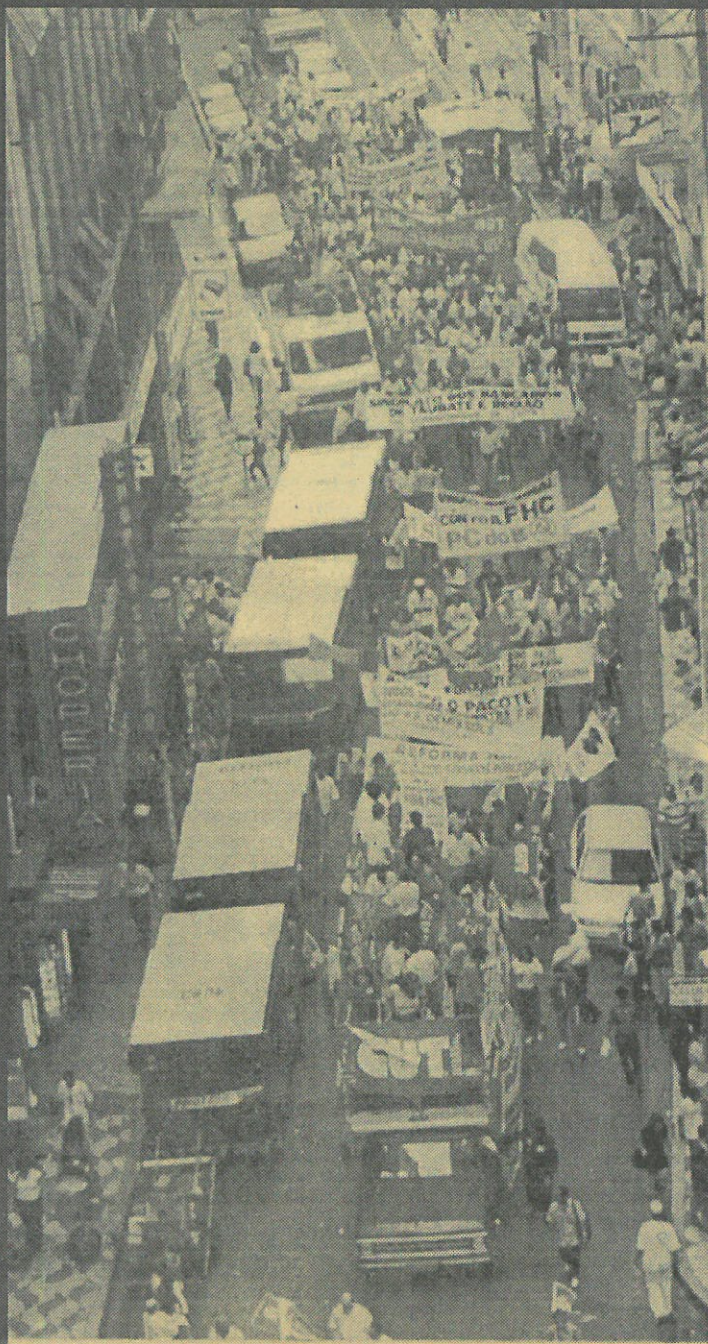
**Que os capitalistas paguem  
a conta da crise!**

**Escala móvel de salários,  
para proteger os assalariados!**

**Fim das demissões!**

**Estabilidade no emprego para todos!**

**Escala móvel das horas de trabalho,  
para que todos possam trabalhar!**



# A quinzena de luta do movimento operário

É uma traição os acordos que as direções dos sindicatos fazem em nome de garantia do emprego. Estão assistindo todos os dias milhares de trabalhadores sendo colocados na rua, os patrões dando calote e rebaixando os salários, os reajustes abaixo da inflação e do custo de vida, retirando direitos sociais e conquistas como vale-transporte e refeição, e que pretendem acabar com o 13º, o adicional noturno após 22 horas, a licença-maternidade. O que fazem as direções sindicais? Negociam com os capitalistas o adiamento do desemprego mais pra frente, o trabalho por alguns meses a mais.

O Partido Operário Revolucionário defende os métodos de luta da classe operária contra a exploração do trabalho, que são baseados na ação direta, através das greves e ocupações com o controle da produção pelos próprios operários. A reivindicação da classe operária pelo emprego deve se traduzir na luta pela escala móvel de horas de trabalho, permitindo a todos trabalhar, salário mínimo vital, aumento automático dos salários de acordo com a elevação dos preços públicos (impostos, transporte etc.) e dos gêneros de primeira necessidade. Se o capitalismo é incapaz de atender as reivindicações para preservar a força de trabalho é porque está falido como sistema de desenvolvimento econômico e deve ser destruído.

Defendemos a construção de comitês de base nas fábricas contra a política colaboracionista dos dirigentes sindicais e patronais, a elaboração de um plano de luta tirado das necessidades concretas dos operários e a organização da unidade grevista de todos os explorados

## O Caminho das Lutas

\* 600 Metalúrgicos da Nordon demitidos e 129 empregados continuam acampados exigindo indenização e o pagamento do 13º. A justiça expediu mandado de reintegração de posse.

\* Marceneiros da Teperman ameaçam ocupar a fábrica. Decretada a falência da empresa, os operários estão sem receber os direitos trabalhistas, FGTS e os demitidos em julho não receberam até hoje. Os operários denunciavam que sempre há muito serviço na fábrica e não acreditam na falta de dinheiro.

\* Marceneiros da Sonolar (atual Nikko), em Franco da Rocha, ocupam fábrica e elegem comissão de administração para exigir pagamento do 13º e direitos trabalhistas devidos desde outubro.

\* Operários da "falida" Metalúrgica Tergal ocupam a fábrica e retomam a produção. Com estoque de matéria-prima e encomendas, os operários dizem ser fraude a decretação de falência da empresa. O explorador capitalista está devendo os salários desde novembro, décimo terceiro e três anos de FGTS.

\* Metalúrgicos da RCT (grupo Machline) de Osasco retornam das férias coletivas e patrão demite metade dos trabalhadores.

\* Operários da Metalúrgica Irmãos Cesar recebem proposta para que "emprestem" aos patrões 10% de seus salários de janeiro e fevereiro, sem redução da jornada, em troca de garantia de emprego até junho.

\* Metalúrgicos da Volkswagen permanecem no impasse das 10 mil demissões. A multinacional abriu programa de demissões voluntárias (PDV) para reduzir em 20% o custo de mão-de-obra e anuncia demissão de 1.100 aposentados em suas quatro unidades.

\* Metalúrgicos da Fundação Curicica, no Rio de Janeiro, ocupam a fábrica exigindo o pagamento do 13º e são demitidos por justa causa. Após 22 dias fechada, trabalhadores retomam o trabalho com a promessa dos patrões de acertar o salário e as dívidas com FGTS e férias vencidas de alguns operários e não desconto dos dias parados.

\* 97% dos Metalúrgicos da Delfos, de São Caetano, foram demitidos. A fábrica, fornecedora de estamparia para a General Motors, para manter seu lucro, vai reduzir "custos" e contratar trabalhadores com salários mais baixos.

\* Trabalhadores da General Motors, em férias coletivas prolongadas, podem ser demitidos porque os patrões com mercadoria estocada diminuem a produção em 25% no mês de janeiro.

\* Cerca de 3.000 bancários do Banerj, privatizado em junho de 97 (comprado pelo Itaú), estão ameaçados de desemprego. O banco abriu PDV e os 500 funcionários de 27 agências que serão fechadas "aderiram" ao programa.

\* Cerca de 40 mil comerciários, entre fixos e temporários, serão demitidos de janeiro a fevereiro. Segundo pesquisa do Dieese, 2 mil postos de trabalho foram eliminados no comércio em novembro, somente na Grande São Paulo.

\* Trabalhadores da Souza Cruz ameaçados de demissão por causa do aumento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

## Reajuste salarial

O funcionalismo há três anos não recebe reajuste salarial. Segundo o governo, aumento salarial trará a volta da inflação e colocará abaixo a estabilidade econômica.

Entre 1994 e 1997 a folha de pagamento de salários do Legislativo passou de R\$ 946,2 milhões para R\$ 1,6 bilhão (69,6%), do Judiciário de R\$ 2,98 bilhões para R\$ 4,46 bilhões e do Executivo as despesas cresceram de R\$ 32,26 bilhões para 39,63 bilhões. Assim vemos que o governo aumentou gastos sem aumentar os salários.

## Nitroquímica

Após a explosão na Companhia Nitroquímica, em 15 de novembro passado, onde um operário morreu e cinco ficaram feridos, a produção de nitrocelulose continuou mesmo com riscos de nova explosão e emanação de gases tóxicos para trabalhadores e população próxima à fábrica, em São Miguel Paulista. No dia 19/12, quando consertava os estragos causados pelo acidente outro operário morreu ao cair do telhado. As obras de reparos e os escombros da explosão foram interditados, porém a produção não. Segundo a justiça federal, faltam estudos mais elaborados fundamentando a interdição. Acontece que a Nitroquímica (grupo Votorantim) tem 55% de seu faturamento com a exportação de nitrocelulose.

Para os capitalistas, não importa a segurança e a vida dos trabalhadores.

## Trabalhadores pagam taxa de energia elétrica à Televisão Cultura.

Está sendo cobrada uma taxa a mais nas contas de energia elétrica dos consumidores de São Paulo. Uma lei publicada no Diário Oficial prevê o débito, todos os meses, pelos serviços educacionais e culturais prestados pela emissora.

Dessa forma, criou-se uma espécie de "CPMF" da TV Cultura. Da mesma forma que o governo federal criou um novo imposto sob o pretexto de dar mais verbas à saúde, o governo estadual de São Paulo cria agora este "imposto", sob o pretexto de financiar a TV Cultura. Na verdade, o dinheiro vai servir para pagar dívidas do Estado.



# Reduzir Salário é cortar comida da mesa do trabalhador

O acordo de redução de 10% dos salários e de 25% da jornada de trabalho, entre o Sindicato Metalúrgico de São Paulo e o Sindipeças, significa tirar o pão da mesa dos operários. Os salários já são pequenos e os reajustes do Plano Real ficaram abaixo da inflação.

Medeiros e Paulinho dizem que é melhor reduzir os salários do que perder o emprego. É como se dissesse para alguém: é melhor furar um olho do que os dois. O que não se pergunta é se é possível a classe operária lutar para não perder nenhum dos olhos. Isso a Força Sindical não faz. Coloca o Sindicato Metalúrgico numa posição derrotista.

Os patrões falam que é preciso reduzir os salários para não demitir. E os burocratas sindicais logo vão aceitando. Já faz tempo que esses sindicalistas traidores vêm dizendo que não adianta lutar com greves e movimentos, e que se trata apenas de negociar. Pois bem, sem luta os burocratas sindicais cederam 10% de redução nos salários. E sequer estará assegurado, de fato, que não haverá demissões. Por outro lado, várias fábricas já demitiram, a exemplo da Continental, e que poderão agora pleitear a redução dos 10% nos salários.

O sindicato, dirigido pela Força Sindical, ao invés de enfrentar as demissões com luta, baixou a cabeça para os patrões.

## Assembléias de fábricas devem dizer não ao acordo

Os trabalhadores devem exigir assembléias nas fábricas e assembléia geral para dizer não ao corte de 10% nos salários. Sabemos que a crise econômica está apenas começando. E que os patrões irão demitir com ou sem redução salarial.

Como se vê, o problema todo está em como lutar contra o desemprego, sem reduzir salários. Devemos dizer nas assembléias que os patrões arquem com a crise e não os assalariados, que já são sacrificados.

## No ABC e em algumas cidades do interior, metalúrgicos dizem não à redução do salário

A manifestação no ABC e em São José dos Campos contra as ameaças de demissão e a exigência de redução dos salários mostrou o caminho a seguir. O combate está apenas começando. Entretanto, a aceitação por parte da direção da CUT e dos sindicatos das demissões voluntárias foi um primeiro passo em favor da multinacional. Segundo os patrões, o resultado foi muito insatisfatório. Não chegou minimamente perto da meta de economizar duzentos milhões. Em função disso, já se pensa em sacrificar parte das férias dos operários para satisfazer os objetivos dos exploradores. A cada concessão que a direção sindical da CUT faz aos capitalistas, facilita os ataques contra a vida dos trabalhadores. O caminho deve ser completamente oposto a este.

Não há que ceder nada. É preciso unir toda classe operária em um só movimento contra o desemprego e o arrocho. Se os patrões demitirem, a resposta deve ser:

greve com ocupação de fábrica. Assim, é necessário preparar o movimento operário para responder com força e determinação os ataques dos patrões aos empregos.

Não serão com Câmaras Setoriais, com bancos de horas, com flexibilização da jornada, redução de salários e demissões voluntárias que enfrentaremos o desemprego crescente. É totalmente incorreta a idéia de sacrificar ainda mais os assalariados para preservar postos de trabalho. O certo é lutar contra as demissões e contra o desemprego de milhões de trabalhadores.

## Contra o desemprego: escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção

O desemprego no capitalismo sempre existiu e existirá. Nos momentos de crise, como agora, o desemprego cresce em grande escala. Somente em São Paulo há 1 milhão e 500 mil desempregados. Esse número mostra bem a barbárie do sistema econômico capitalista de exploração do assalariado.

Está aí por que não devemos ter ilusão de que é possível conservar os empregos com redução salarial. Se os patrões tiverem de demitir, e se não houver resistência, demitirão de qualquer jeito. É compreendendo isso que o movimento operário deve lutar não só para preservar os postos de trabalho existentes como abrir empregos para os milhões de desempregados.

Assim, numa só voz temos de dizer: queremos a implantação da escala móvel das horas de trabalho. O que significa dividir o total de horas de trabalho no país pelo número de trabalhadores existentes. Só dessa forma haverá emprego a todos.

O patrões dirão que isso não é possível porque a economia não aguenta e terão de fechar as fábricas. É com essa ameaça que também os sindicalistas traidores procuram convencer os assalariados a não lutarem pelo emprego.

Frente às ameaças de fechamento das fábricas, também temos nossa resposta: impor o controle operário da produção. Nós operários saberemos administrar a produção porque somos nós que produzimos. Se os capitalistas não podem assegurar emprego a todos e impõem desemprego e fome a milhões de seres humanos, então a classe operária deve lutar para controlar diretamente a produção, a economia e o Estado. O que quer dizer, lutar por um governo operário e camponês.

Nacional



## ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

### O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

# Raiz e crescimento do desemprego

O desemprego é parte constitutiva do sistema de exploração capitalista do trabalho. Por ser inerente ao capitalismo, nunca deixou de existir. Engels, analisando a situação da classe operária na Inglaterra, na metade do século

XVIII, demonstrou a existência de um exército de desempregados permanente. Tal exército significa destruição de uma parcela da classe trabalhadora.

De todos os flagelos no capitalismo, o desemprego é o mais violento. Tira do trabalhador a única fonte de existência. O assalariado tem como única propriedade a força de trabalho, que é vendida aos capitalistas para ser explorada na produção. No momento em que os burgueses deixam de comprá-la definitivamente impõe ao trabalhador uma situação de miséria total e de liquidação físico-mental.

Como a força de trabalho é uma mercadoria, esta depende inteiramente do desenvolvimento da produção e do mercado. Uma parcela dela se torna dispensável, a ponto de ser desqualificada e eliminada. Do exército permanente de desempregados nasce o lumpesinato. Termo este utilizado por Marx para caracterizar uma enorme quantidade de seres humanos totalmente marginalizados da produção e transformados em pedintes. Justamente pelo fato da força de trabalho ser uma mercadoria é que esta pode flutuar de acordo com o aumento ou retração da produção.

O chamado desemprego tecnológico, conhecido desde a primeira revolução industrial, no século XVIII, responde a mesma lei de funcionamento do capitalismo. Na atualidade, o crescimento estrondoso do desemprego tanto do permanente quanto do conjuntural traz à tona essa principal contradição do capi-

talismo. As forças produtivas não podem se desenvolver mundialmente em grande escala. Os mercados se mostram estreitos para a capacidade de produção já instalada, em parte potencializada pelas novas tecnologias. Ao contrário de se ampliar o parque produtivo, este se reduz através das fusões concentracionistas e mesmo de quebras. Nos ramos altamente monopolizados, impera a tecnologia avançada que conduz à redução drástica da mão de obra.

O determinante no crescimento em grande escala do desemprego crônico é a impossibilidade da forças produtivas se ampliarem de acordo com a existência da força de trabalho mundialmente existente. Esse fenômeno expressa o choque entre as forças produtivas (trabalho humano e máquina) e as relações capitalistas de produção. O trabalho e a tecnologia se encontram encarcerados pela propriedade privada monopolista, mundialmente concentrada e dominada por uma minoria oligárquica. O capital cresceu gigantescamente e, na outra ponta, o mesmo ocorreu com a miséria dos trabalhadores.

O avanço crescente da exploração do trabalho e a acumulação de capitais pela minoria capitalista conduzem ao esgotamento das possibilidades das forças produtivas continuarem a crescer em escala necessária, para assimilar as novas forças de trabalho que emergem. Não é por acaso que os capitalistas, ao mesmo tempo, dispensam os trabalhadores mais antigos e não se utilizam da grande quantidade de mão de obra da juventude. A velha geração se vê golpeada pelas demissões maciças e a nova não vê futuro no trabalho.

## O desemprego mundial

O bloqueio das forças produtivas pela propriedade monopolista dos meios de produção e a crise capitalista daí decorrente vêm ampliando o desemprego mundial. Até pouco tempo, os propagandistas do imperialismo elogiavam as potências com a idéia de que estas tinham resolvido o problema do desemprego, mantendo-o a baixas taxas. Não demorou muito para que tal fantasia se desfizesse.

A Europa se encontra aterrada em taxas históricas: Alemanha, 10,8%; França, 11,9%; Itália, 12,6%; Espanha, 23,3%; Suécia, 10%; Inglaterra, 8,4%. Os elogios continuam a ser despendidos apenas em relação aos Estados Unidos, com a taxa de 4,5%. Entretanto, não faltam denúncias de camuflagem do desemprego. Mas, com certeza, a fase de crescimento econômico neste país se esgotou e com isso virão as demissões em massa. O fato é que as potências contam com 37 milhões de desempregados crônicos, sendo que 18

milhões estão na Europa.

Sem dúvida, os países capitalistas atrasados é que carregam as maiores taxas de desemprego. Calcula-se que nos países do Mercosul a taxa média de desemprego é de mais de 12% e que 40% dos trabalhadores estão no mercado de trabalho informal. No Brasil, o crescimento desse flagelo é extraordinário. Espera-se que atinja 20% dos cerca de 75 milhões da força de trabalho. Ou seja, mais de 14 milhões de desempregados. Isso sem considerar a grande quantidade de subemprego. A taxa apurada de 16,6% de desemprego somente no Estado de São Paulo corresponde aproximadamente a um milhão e trezentos mil desempregados. A Argentina chegou a atingir os 20%, no auge da crise recessiva. Com a crise no Leste Asiático, aguarda-se milhões de demissões nessa região.

É importante observar como os países de passado revolucionário, a exemplo da Rússia, Leste Europeu, China etc. têm contribuído para o aumento do exército mundial do desemprego. Com a restauração capitalista, se instaura obrigatoriamente o exército de desempregados. Estima-se que na Rússia o desemprego já atinge 8,3% da população trabalhadora, onde o desemprego era nulo.

Esse quadro sintético demonstra a decadência geral do sistema capitalista de produção e exploração do trabalho.

## “Soluções” capitalistas para o desemprego

A burguesia procura dar a idéia de que o desemprego crescente é apenas uma disfunção momentânea da economia. Por outro lado, explica que essa disfunção decorre de transformações tecnológicas e de mercado que vêm se processando através da dita globalização. Por se tratar de uma disfunção do organismo, bastaria tomar algumas medidas corretivas.

Com essa linha, os governos atuam no mundo inteiro sobre os sindicatos para que a burocracia dirigente colabore. Um dos mais novos conceitos voltados à pretensa correção é o da “flexibilização” do trabalho. Seu conteúdo consiste em destruir todo e qualquer obstáculo às demissões e implantar formas de trabalho temporário. Não tem faltado fórmulas para a “flexibilização”, como bancos de horas, trabalho temporário, trabalho de meio período, redução da jornada com redução de salário etc.

Segundo os técnicos da burguesia, bastaria que se livrasse as empresas dos encargos sociais e dos custos das demissões para que se abrissem milhões de novos postos de trabalho. Assim não só se assegurariam os empregos atuais como estes seriam ampliados. É



com esse argumento que os capitalistas procuram convencer os trabalhadores a cederem.

A burocracia sindical se vale de tais pressões para justificar sua capitulação. No Brasil, a Força Sindical assinou o acordo de diminuição de 10% nos salários correspondente a 20% da redução da jornada de trabalho. No ABC, a direção da CUT negocia sob a base do conceito de "flexibilização", as demissões voluntárias, o banco de horas e redução de conquistas.

Nos países imperialistas, a ofensiva não é menor. O Japão pôe fim ao seu sistema de emprego vitalício, adotando o trabalho temporário e de meio período. Cerca de 20% dos trabalhadores japoneses já se encontram nessa situação. Na Espanha, o governo conseguiu apoio dos sindicatos para reduzir as indenizações que atrapalhavam as demissões, facilitando a implantação do contrato de trabalho temporário. O governo francês tem um projeto de redução da jornada de trabalho de 39 para 35 horas semanais. Se não fosse a pressão das massas faria parte dele a redução de 5% dos salários. Na Alemanha, o setor metalúrgico implantou a redução da jornada e do salário. Cerca de 16% dos metalúrgicos são contratados em regime parcial. A Inglaterra ampliou o trabalho parcial a ponto de que entre quatro trabalhadores um é contratado por período parcial. A juventude já não encontra trabalho integral. Nos Estados Unidos, calcula-se que 16% dos trabalhadores estão em regime parcial. Acrescenta-se a isso as proibições aos trabalhadores imigrantes, a exemplo dos turcos na Europa e dos mexicanos

nos Estados Unidos.

Ao contrário dessas medidas possibilitarem novos empregos, não fazem senão facilitar as demissões e o aumento da taxa de exploração do trabalho.

### Posição proletária perante o desemprego

O desemprego não tem solução no interior do capitalismo. As concessões que a burocracia sindical tem feito às medidas capitalistas se constituem em traição ao proletariado. A defesa do emprego no interior do capitalismo é a defesa da vida das massas. O que significa lutar pela destruição da sociedade burguesa.

Nossa bandeira é emprego a todos. Não pode haver uma resposta séria aos ataques capitalistas aos trabalhadores se não for através do emprego a todos. Enquanto a burguesia pretende "flexibilizar" o trabalho para aumentar a taxa de exploração, o proletariado deve lutar pela implantação da escala móvel das horas de trabalho. Esta significa dividir as horas nacionais pela quantidade de trabalhadores aptos. O que implicará na redução da jornada de trabalho, sem diminuir os salários.

Os capitalistas dirão que isso é impossível porque destruirá os seus lucros e a capacidade de concorrência com outros países. E a burocracia sindical estará de acordo, afirmando que não corresponde à realidade. Para os exploradores e os traidores o viável e real é manter o desemprego de milhões em nome da preservar o emprego para uma parcela de trabalhadores.

Responderemos que a luta por em-

prego a todos é a única que preserva integralmente a vida dos que trabalham. Como o capitalismo não pode assegurar trabalho universal, então partimos da defesa da escala móvel das horas de trabalho para defender a vida dos trabalhadores e desembocar num movimento revolucionário de destruição do capitalismo. Eis por que essa tarefa não pode estar desvinculada do programa mais geral que une as reivindicações elementares à estratégia da revolução social. Ou seja, da revolução proletária, socialista.

Frente às demissões, levantamos o programa da quebra dos segredos comerciais, do controle operário da produção e da expropriação do grande capital nacional e internacional. Para se contrapor ao totalitarismo da burguesia, que tem o poder de demitir e matar de fome os desempregados, recorreremos às greves com ocupações de fábricas. Trabalhamos no movimento operário pela unidade entre empregados e desempregados, que implica a formação dos comitês de base. E com essa política que rechaçamos toda e qualquer concessão da burocracia sindical aos capitalistas.

Nacional



## Metalúrgicos do ABCD: Acordo sem luta

A posição inicial da direção do Sindicato Metalúrgico do ABCD de não aceitar a proposta da Volkswagen de reduzir salários para não demitir não passou de uma manobra para negociar um acordo vergonhoso. O primeiro passo foi aceitar as demissões voluntárias. Até o dia 7 de janeiro, realizaram-se 1221 demissões. Espera-se atingir 2000, fora as 1100 demissões compulsórias de aposentados. Isso significa admitir a destruição de postos de trabalho numa situação em que o desemprego é alarmante. A demissão "voluntária" é uma capitulação perante à ofensiva capitalista contra a vida dos operários.

Não bastando isso, o sindicato continua na mesa de "negociação" para achar fórmulas que viabilizem a economia de 200 milhões de reais em favor da multinacional alemã. Segundo informações, a direção sindical já concordou com o adiamento do pagamento da primeira parcela do 13º salário, redução do



A marcha de dezembro no ABC mostrou que havia condições de luta contra o desemprego.

adicional noturno de 30% para 25% e proibição de venda de parte das férias. Além disso, continua pendente a exigência da empresa de cortar benefícios alimentação, transporte e assistência médica, bem como reduzir em 50% a Participação nos Lucros e Resultados. Há ainda outras cláusulas dessa natureza.

Como se vê, a burocracia grita grosso, convoca uma passeata contra a redução dos salários e depois entrega o ouro aos bandidos.

### Nossa bandeira é: Greve com ocupação de fábrica

A assembléia que decidirá se aceita ou não as exigências patronais deve se posicionar contra tais medidas e se colocar por nenhuma concessão aos patrões. Frente às ameaças de demissão e corte de salário, trata-se de organizar a luta, ou seja, a greve com ocupação de fábrica.

# Trabalho temporário: um golpe contra os assalariados

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o projeto do Ministério do Trabalho que regula o "contrato temporário" de trabalho. Isso significa: a) aumentar o poder dos patrões de demitir; b) acabar com as indenizações sobre demissões; c) liquidar com os encargos sociais; d) reduzir salários. Com o contrato temporário, os assalariados ficam ainda mais à mercê dos exploradores.

Os governistas fizeram esforço para apro-

var nesse exato momento essa monstruosidade, aproveitando que os sindicatos estão fazendo acordos com o patronato nesse sentido. Se a burocracia sindical está agachada perante os capitalistas, como é o caso dos metalúrgicos de São Paulo e ABCD, construção civil etc, sob ameaça de demissão massiva, não há situação mais propícia para desfechar o golpe.

É bom observar que os reformistas do PT e da CUT que tanto falam em pressionar o parlamento, no entanto estão bem calados diante da investida do contrato temporário. Era o momento de estar organizando um mo-

vimento nacional contra o desemprego, contra as exigências patronais de redução dos salários, contra a destruição de conquistas e contra o projeto governamental. Ao contrário, a burocracia sindical, da CUT à diretista Força Sindical, estão empenhadas em negociar favores aos capitalistas. Esse é o caminho do esmagamento dos explorados.

O POR defende a greve com ocupação de fábricas, a formação de comitês de empregados e desempregados e a organização da greve geral contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo.

## Direitos Humanos? O capitalismo os utiliza para encobrir seus crimes

### Aniversário de uma fraude

Também na Bolívia se celebrou o meio século da Declaração dos Direitos Humanos, que foi aprovada por unanimidade na Assembléia Geral da ONU (Paris, 10 de dezembro de 1948). Como sempre, tudo se reduziu a uma seqüência de discursos vazios de conteúdo.

Seus inumeráveis antecedentes poderiam empurrar-nos ao erro de crer que para as metrópoles imperialistas, que ostentam o título de "democracias representativas", constitui sua preocupação principal a defesa dos "direitos humanos". Citemos alguns exemplos:

Depois da Primeira Guerra Mundial, no Pacto da Sociedade das Nações Unidas, se proclamou a necessidade de assegurar condições equitativas e humanitárias de trabalho para homens, mulheres e crianças, e um trato equitativo para as populações indígenas nas colônias. Na Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), o presidente dos EUA e o primeiro-

ministro do Reino Unido declararam que "se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver seguros dentro de suas próprias fronteiras e que garanta a todos os homens em todas as partes do mundo uma vida isenta de temor e privações". Na Declaração da ONU de janeiro de 1942 se diz: "é essencial obter uma vitória absoluta sobre seus inimigos para defender a vida, a liberdade, a independência e a livre profissão de cultos, assim como para apresentar os direitos humanos e a justiça, tanto em seu próprio solo como em outras terras". Na Proposta de Dumbarton Oaks, buscando estabelecer a ONU (1944): "alcançar a cooperação internacional na solução de problemas econômicos e sociais e outros problemas humanitários internacionais, e no desenvolvimento e estímulo do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais".

No Preâmbulo da Carta da ONU se diz: "Reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e das nações grandes e pequenas.

Da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades [...] sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer índole, origem nacional ou social [...] Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa. Ninguém estará submetido à escravidão e servidão" etc. Repete algumas ficções jurídicas próprias dos regimes burgueses: "To-

dos são iguais diante da lei [...] Ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado [...] etc.

A propaganda imperialista e governamental busca fazer-nos crer que hoje já vivemos na Terra em meio de um verdadeiro paraíso.

### A dura realidade

A montanha de declarações em favor do respeito aos direitos humanos etc. acabam reduzidas a cinzas pelo peso impressionante da sociedade capitalista.

A ordem social imperante é o burguês que nasce com as mãos cheias de sangue humano e seguem marcadas com todos os delitos imagináveis, segue assim e não mudará até o fim dos dias do capitalismo.

O capitalismo se levanta sobre a exploração dos trabalhadores, aos que arrancou seus meios de produção e os submeteu à escravidão moderna.

### O capitalismo existe porque destrói o homem e à natureza

Enquanto suportamos a ditadura da burguesia, isso de respeito e vigência dos direitos humanos não passa de um conto. A realidade é que à violência reacionária (assassinato massivo dos que se rebelam contra a ditadura burguesa) corresponde o por a violência revolucionária (das massas) para acabar com uma sociedade que se levanta sobre as montanhas dos homens eliminados pela fome, a perseguição e as balas.

(Extraído do Masas boliviano nº 1597)



# Governo FHC está perto de concluir as reformas

Com a convocação extraordinária do Congresso, o governo pretende votar as reformas da previdência e administrativa e alterações nas leis trabalhistas, de tal forma que se possa iniciar a campanha eleitoral com a essência do plano antinacional e antipopular do governo votada.

No início de seu governo, FHC conseguiu negociar e aprovar rapidamente as reformas da ordem econômica. Abriu a economia ao capital estrangeiro, quebrou o monopólio estatal do petróleo, energia elétrica e telecomunicações, eliminou a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira etc. Essas reformas foram aprovadas sem maiores conflitos entre os grupos políticos burgueses. Permitiram acelerar enormemente as privatizações, incluindo entre elas as empresas de energia elétrica e telecomunicações. Deram-se sem resistência organizada do movimento de massas, que teve na greve dos petroleiros seu maior momento de confronto com o governo. Seu isolamento e a ação da burocracia cutista derrotaram o movimento, o que teve profundo impacto no movimento operário e popular em nível nacional. Os atos isolados e momentâneos contra as privatizações não alteraram em nada o curso destas. Nesta etapa das reformas, o governo já contou com a posição de "apoio crítico" da oposição reformista, que chegou a votar junto com o governo emendas como a do gás e dos portos.

A seguir, quando das negociações ao redor da previdência e reforma fiscal, iniciaram-se uma série de atritos interburgueses, em função da relação parasitária que alguns setores têm em relação ao orçamento público

e à previdência. Ao invés de organizar um movimento contra o plano do governo, a oposição reformista se calou. E o líder da CUT Vicentinho agiu em favor de uma negociação entre os setores burgueses, servindo de catalisador de um acordo.

O governo passou a investir então na reforma administrativa. Sua meta é a demissão de pelo menos 30 mil funcionários públicos. A oposição reformista apoiou essa reforma na prática nos governos que dirige, demitindo e enxugando a máquina administrativa. Alguns setores burgueses chegaram a esboçar uma oposição mais forte à reforma administrativa que o PT e seus aliados. No decorrer dos debates no Congresso, a oposição chegou a impedir o prosseguimento dos trabalhos com uma manobra regimental. Mas logo a seguir negociou um acordo que viabilizou as votações.

A privatização da Vale do Rio Doce foi uma vitória do governo no caminho da aplicação do plano ditado pelo imperialismo. O reformismo se colocou a reboque de frações burguesas em lutas institucionais (meramente jurídicas), e em atos públicos de protesto, sem organizar os operários para resistirem com seus métodos de luta. Esgotados os métodos institucionais, o PT e seus aliados ficaram desarmados e desarmaram o movimento.

Uma das medidas a ser votada agora refere-se à quebra dos direitos trabalhistas e instituição do contrato temporário de trabalho. Faz parte de uma ofensiva contra os direitos trabalhistas, que objetiva atacar os salários para conter a queda tendencial da taxa de juros das empresas. É

apresentada como um incentivo ao emprego, mas já foi provado em outras ocasiões que esse tipo de medida só beneficia as empresas e ainda agrava o desemprego. Porém, neste aspecto também não se organiza uma luta unitária de massas.

Com a votação das últimas medidas, no fim de seu governo, FHC consegue aprovar a quase totalidade das reformas. O pior é que isso se dá sem resistência organizada do movimento de massa.

As conseqüências são o agravamento da miséria e desemprego. A oposição reformista é cúmplice desse processo, por desarmar política e ideologicamente as massas.

As reivindicações mais sentidas pelas massas, como salário e emprego, chocam-se contra as reformas antinacionais e antipopulares no seu conjunto. Só é possível defendê-las conseqüentemente se se combate o plano de fome de FHC no seu conjunto. A posição reformista de crítica a aspectos, negociação de cúpula e pressão parlamentar tem levado o movimento à derrota.

Nacional



## Obras Completas de G. Lora

O esforço de G. Lora e uma pequena equipe de poristas tem permitido que se alcance a metade dos 50 volumes programados. O volume XXV contém o texto "Revalorização do método de guerrilhas", notas sobre o livro de Regis Debray, Marx e a teoria da Revolução Permanente, a luta contra o gorilismo e o imperialismo, conferências em ISAL etc.

O volume XXVI está pronto e estão em gráfica os volumes XXVII e XXVIII, que tratam da Assembléia Popular, órgão de poder operário criado na Bolívia pelas massas em 1971.

Os volumes XVIII a XXIV contêm a importante publicação "História do Movimento Operário Boliviano", obra fundamental na elaboração do programa revolucionário trotskista boliviano.

O conjunto das Obras Completas sintetiza a elaboração teórica do trotskismo a partir de 1942, sua contribuição à aquisição da consciência da

classe operária boliviana e a necessária polémica estabelecida com a classe dominante e o reformismo, estalinismo etc.

A publicação expressa a trajetória da luta ideológica do trotskismo, que no caso boliviano conseguiu vencer ideologicamente a burguesia e o reformismo, primeira condição no caminho da revolução proletária.

O trabalho ao redor das Obras Completas significa a luta em defesa do programa revolucionário. Nos outros países, serve como um referencial, que deve ser estudado criticamente, para que possa ajudar na tarefa da construção do programa e partido da revolução proletária, e na tarefa da derrota ideológica da burguesia e reformismo pelo marxismo.

No Brasil, as Obras Completas podem ser adquiridas com o distribuidor deste jornal, ou pelo correio.

# Crise das bolsas é expressão da crise mundial do capitalismo

Os bilhões que foram emprestados à Coreia e seus vizinhos só contiveram provisoriamente a sucessão de desvalorizações e quedas das bolsas de valores asiáticas. A valorização momentânea da moeda coreana se deu sobre a base da enxurrada de dólares vindos do FMI e pela utilização de centenas de bilhões de dólares em ouro entregue pela população ao governo. Seguiu-se nova queda na bolsa da Tailândia, o que mostra a continuidade da crise e das incertezas ao seu redor, apesar dos bilhões queimados em benefício da especulação financeira. A quebra da Nissin japonesa, sua maior fábrica de alimentos, aponta para a extensão da crise aos setores produtivos, umbilicalmente ligados à especulação, endividados com os bancos e sem perspectivas de ampliação substancial das vendas.

## As raízes da crise

A crise das bolsas é expressão direta da crise mundial de superprodução capitalista. Essa crise é a contradição entre um gigantesco potencial produtivo desenvolvido e o estrangulamento do mercado mundial. Em nível mundial, os dados apontam para uma aplicação ínfima da tecnologia desenvolvida, em função dos interesses monopolistas. A imprensa e os ideólogos burgueses apresentam a aplicação rudimentar da robótica e informática na produção e no cotidiano como uma revolução, quando na verdade expressam o brutal atraso imposto pelo sistema produtivo decadente.

A superprodução só tem duas maneiras de ser superada. Ou se destrói o capitalismo e

com isso se rompe com a apropriação privada e concentrada, permitindo o acesso de todos aos benefícios da utilização plena do potencial produtivo desenvolvido, ou se destrói forças produtivas para adaptá-las ao mercado estrangulado pela miséria, em expansão sob o capitalismo. Em poucas palavras, ou se faz a revolução socialista ou se leva a humanidade para a barbárie social.

Para as burguesias dos países imperialistas, às quais seguem as miseráveis burguesias dos países atrasados, a saída está na reconcentração de mercados e capitais. Ou seja, na destruição de parte das forças produtivas em benefício das multinacionais e do capital financeiro internacional. Para isso, pregam a abertura das economias dos países atrasados e a entrega de suas estatais. Ao mesmo tempo, mantêm o protecionismo sobre suas próprias economias. A isso chamam de "globalização".

Essa política tem sido aplicada há alguns anos em toda a América Latina e em outros países atrasados. O resultado foi o aumento do comércio mundial, em especial nos anos 1995/1996, principalmente pelo crescimento das exportações dos países mais desenvolvidos, destacando-se o norte-americano. Esse mecanismo permitiu que Estados Unidos, Europa e Japão apresentassem sensíveis crescimentos em seus Produtos Internos Brutos (PIB).

Ao lado desses crescimentos econômicos, ocorreu nos países atrasados a aplicação de planos econômicos que sustentavam baixos índices de inflação através do pagamento de altas taxas de juros a investidores estrangeiros. Assim como no Brasil, outros países atrelaram artificialmente suas moedas ao dólar através da captação de grandes quantidades da moeda americana, que se aplicou nesses países em troca de altíssimos rendimentos. Esse processo generalizado inflacionou o mercado financeiro mundial, e teve repercussões até dentro dos países imperialistas. A quebra do México há três anos mostrou que não é possível sustentar indefinidamente esse tipo de mecanismo.

O ano de 1997 marcou uma inversão na tendência de crescimento anterior. Os novos mercados conquistados pelas potências nos raquíticos países atrasados rapidamente alcançaram um ponto crítico (saturaram-se). A frustração da expectativa exagerada de crescimento

econômico nos países imperialistas e o definhamento da capacidade de manter o pagamento dos altos juros ao parasitismo financeiro em toda uma região mundial precipitaram a crise em nível internacional. A partir do leste asiático, os investidores venderam rapidamente as ações a preços baixos, antes que caíssem ainda mais. As moedas valorizadas artificialmente ficaram sem os montes de dólares que as sustentavam e despencaram. Esse "ajuste" do mercado financeiro à realidade custou dezenas de bilhões de dólares e se expandiu por todo o mundo.

## A disputa pelo leste asiático e a ameaça aos EUA

O leste asiático, após a 2ª Guerra Mundial, ficou como área de influência japonesa. Naqueles países extremamente atrasados, o capital japonês investiu com altas vantagens. O capital excedente no Japão passou a ser emprestado condicionalmente aos países do leste asiático. Os governos se comprometiam a aplicá-lo em determinados setores industriais, especialmente na indústria de automóveis e eletroeletrônicos. Havia também o endividamento para construção de infra-estrutura mínima para a implantação da indústria de ponta, o que era feito pelos governos e privatizado logo que passasse da fase deficitária para a lucrativa. Toda a aquisição de tecnologia e material também era obrigatoriamente oriunda do Japão. Os investidores japoneses ganhavam com os juros, com a venda de tecnologia e material, e ainda arrematavam as empresas a partir do momento em que se tornassem rentáveis.

A implantação da indústria com tecnologia de ponta nos países do leste asiático se deu sobre a base da superexploração do trabalho. A população faminta desses países passou a vender sua força de trabalho às indústrias por salários miseráveis, e submeteu-se a jornadas de trabalho desumanas. A produção de autos e eletroeletrônicos voltada à exportação, baseada na superexploração do trabalho, foi um dos fundamentos para a obtenção de preços internacionais competitivos e expansão da economia a taxas de 7% a 11% anuais por uma década. Nessa época, foram apelidados de "Tigres Asiáticos".

Mas o comércio exterior desses países sofreu com o avanço dos países imperialistas no mercado mundial, e com a valorização artificial de





suas moedas nacionais, que bloqueava a competitividade internacional de suas mercadorias. Como suas economias estavam ligadas à exportação, e como não havia de onde tirar dinheiro para sustentar o parasitismo financeiro, vieram as quebras das empresas e bancos, e a desvalorização das moedas.

O Japão sofreu mais gravemente as conseqüências das quebras vizinhas. O *crash* nas bolsas precipitou a quebra de bancos, seguradoras e indústrias. O bloco asiático possui ainda cerca de 30% dos títulos públicos norte-americanos (dívida). Verificou-se que a quebra na Ásia poderia ter conseqüências catastróficas mundiais. Por isso, FMI e outros países, interessados em ampliar sua área de influência, estendendo-a para o leste, uniram-se rapidamente para financiar a crise dos "ex-tigres". A crise estimulou ainda mais as disputas interimperialistas pelo mercado mundial.

### A crise e o Brasil

A crise asiática afetou imediatamente o Brasil. A razão está em que um dos fundamentos do Plano Real é a âncora cambial. Ou seja, a valorização artificial da moeda nacional em relação ao dólar, feita através da atração de dólares de investidores estrangeiros, remunerados com as taxas de juros mais altas do planeta. A enxurrada de dólares faz com que seu preço caia, da mesma forma como cai o preço de uma hortaliça na época de safra. Dessa forma, se os dólares saírem do país, o valor da moeda nacional cairá e o plano Real vai por água abaixo. Isso começou a acontecer quando houve a crise asiática. A fuga de dólares e queda das bolsas levou o governo a aumentar os juros e gastar mais de US\$ 8 bilhões de suas reservas, para conter a fuga de dinheiro do país.

Em poucos dias, provou-se a fragilidade da estabilização econômica. O próprio governo estima que não poderia suportar mais de dez dias de crise como aquela.

A principal fonte de dinheiro para sustentar o pagamento dos juros aos investidores externos está nas privatizações. Esta é a principal razão para que a moeda nacional tenha suportado as pressões especulativas do final de 1997. A existência de 80 bilhões de dólares em estatais privatizáveis é a garantia para a continuidade da agiotagem sobre o país. A desvalorização das ações atingiu também as estatais, e por isso esse valor previsto não deve ser alcançado. A elevação das taxas de juros

também levará a mais gastos públicos. Por isso, o governo lançou mão de um pacote econômico cujo objetivo é arrancar mais 20 bilhões para entregar aos especuladores.

O governo afirma que as reformas são ainda mais necessárias para garantir o Real. Na verdade, o governo precisa demitir e arrochar salários dos funcionários públicos, cortar gastos e privatizar a previdência, aumentar impostos etc. para criar condições de sustento provisório do gigantesco parasitismo financeiro. É para isso que servem as reformas de FHC.

O plano Real aumentou a dependência externa do país. O próprio plano tem seus limites no esgotamento futuro dos recursos públicos, quando não houver mais estatais para se vender ou gastos a se cortar. Mas esse esgotamento pode ser antecipado pela crise financeira internacional.

### O plano esmaga as massas, por isso seve ser destruído

As conseqüências do plano antinacional e antipopular de FHC recaem inteiramente sobre as massas. O arrocho salarial é mantido e agravado pelo congelamento salarial, para compensar parte das perdas capitalistas com a queda da competitividade das exportações. O desemprego se alastra com o aumento da exploração do trabalho (novas tecnologias, aumento do ritmo e jornada etc.) e com o fechamento de fábricas. Os serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência etc.) são destruídos e privatizados, excluindo cada vez mais gente de sua utilização. Aumentam-se impostos e cortam-se gastos. Demite-se funcionários. Entrega-se as estatais, trazendo aumento de tarifas e mais demissões. Tudo isso em benefício das multinacionais e da especulação financeira.

Por mais manobras que o governo faça, a estabilização econômica sobrevive artificialmente. Mais cedo ou mais tarde, a desvalorização da moeda virá, e com ela os aumentos de preços. A crise econômica virá com força dobrada mesmo após todos os atuais ataques do governo e da burguesia às condições de vida das massas. Não se trata de um fenômeno particular ao Brasil, mas a toda economia mundial, estrangulada pela crise de superprodução capitalista.

O plano econômico do governo destrói parte da economia nacional. Por isso, gera disputas e lutas internas na própria burguesia. Em mui-

tos casos, as reformas de FHC esbarram nas divisões interburguesas e atrasam. Infelizmente, não há um movimento nacional de massas organizado para combater a aplicação do plano de fome de FHC.

A oposição reformista se limita a propor remendos em cada aspecto da reforma. Está de acordo em pontos essenciais, como a suposta necessidade da reforma administrativa e da previdência. Suas discordâncias são levadas adiante sobre a base da pressão parlamentar (negociatas de cúpula e caravanas ao parlamento). Há uma rejeição ao método da ação direta, que não é utilizado sequer para pressionar o governo e o parlamento em relação aos miseráveis aspectos levantados. O mesmo ocorreu quando da decretação do pacote econômico.

Ou se ergue um movimento nacional de massa, baseado na ação direta e nas reivindicações mais sentidas das massas, para combater o plano de FHC no seu conjunto, ou a aplicação de tal política agravará terrivelmente a miséria e a dependência da nação oprimida.

Por isso, é necessário defender:

**acote e o plano do governo!**

**Não pagamento da dívida externa!**

**Ruptura com o imperialismo!**

**Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores!**

**Nenhum imposto aos assalariados! Que os capitalistas paguem a conta da crise!**

**Escala móvel de salários, para proteger a sobrevivência dos assalariados! Fim das demissões! Estabilidade no emprego para todos! Escala móvel das horas de trabalho, para que todos possam trabalhar!**

NACIONAL



# Constituir uma frente única antiimperialista

A ofensiva dos capitalistas e de seu governo contra a vida dos trabalhadores está se agudizando com a crise. O pacote FHC é recessivo e trará mais desemprego. Nos principais setores da produção não se fala senão em destruição de postos de trabalho e demissões em massa. As perdas salariais vêm aumentando.

O acordo do Sindicato Metalúrgico de São Paulo de redução de 10% nos salários a pretexto de evitar demissões mostra bem o objetivo dos capitalistas esmagarem ainda mais os salários. O sindicato metalúrgico do ABC também negocia perdas salariais através da extinção de cláusulas sociais. Como se vê, os reformistas da CUT, do PT, e a direitista Força Sindical admitem a ofensiva capitalista sem travar nenhuma luta séria. A mobilização iniciada no ABC contra a proposta de corte salarial não passou de uma cortina de fumaça para es-

conder a intenção de negociar perdas de cláusulas sociais e de se utilizar das chamadas demissões voluntárias.

É nesse quadro que o Congresso dá o primeiro passo para aprovar a mudança na lei de contratação, estabelecendo o trabalho temporário. O avanço na reforma administrativa, que possibilita ao Estado demitir funcionários, e a da Previdência, um crime contra a vida dos pobres, indicam o cerco total da burguesia aos operários, camponeses e classe média urbana pobre.

Toda linha econômica do governo FHC está em sintonia com os interesses do grande capital internacional e nacional. Ela está impondo uma das maiores expropriações ao país só comparável com a sangria da colonização. O capital financeiro internacional, o mesmo que está fazendo do leste asiático de gato e sapato, vem penetrando com muito maior vigor no país, apoiado nas medidas entreguistas do Plano Nacional de Desestatização e de abertura. É evidente o agigantamento da desnacionalização. É notório o tremendo ganho do capital financeiro, que se aproveita das altas taxas de juros e do alto endividamento do Brasil. Ao lado disso, as massas são pisoteadas pelo desemprego e arrocho; são fustigadas pelas ditas reformas neoliberais.

E a esquerda reformista, o que tem feito? Tem capitulado. O seu braço sin-

dical submete as organizações operárias às pressões dos capitalistas; e seu braço partidário procura alianças com partidos e representantes da burguesia para concorrer às eleições. Os trabalhadores têm se mostrado descontentes, mas encontram nestas direções um tremendo obstáculo.

Todas essas razões mostram o quanto absurda é a proposta do PSTU e PCO de constituir uma frente eleitoral de esquerda lançada para o PT. Trata-se de um erro monumental, pois acoberta a capitulação do reformismo e sua posição concreta de colaboracionismo com o grande capital.

Opostamente a isso, o POR chama as esquerdas a abrirem um combate acirrado contra a política dos reformistas e a constituírem um embrião de frente única antiimperialista. Podemos convocar uma plenária nacional das esquerdas revolucionárias (é assim que todas se denominam) para lançar uma plataforma de luta antiimperialista e anticapitalista e constituir comitês de resistência à ofensiva de fome e desemprego. Trabalhar para organizar uma resposta de conjunto do movimento ao pacote e ao plano, que passa por criar as condições para a greve geral. O POR se dispõe a trabalhar com vigor em torno dessa proposta.

## Avança o controle do imperialismo sobre a economia nacional

O aumento da subordinação do Brasil à dominação imperialista é um dos fatores que impulsiona o ataque às condições de vida das massas. O governo pró-imperialismo de FHC, com suas "reformas", tem favorecido o controle maior do capital imperialista sobre a economia nacional. O saque das riquezas do país, a dependência maior ao capital especulativo e a desnacionalização crescente destróem as forças produtivas nacionais, provocando o aumento do desemprego e da miséria.

Após três anos de aplicação do plano anti-nacional e antipopular (Plano Real), um crescente processo de desnacionalização vem

destruindo a já frágil economia nacional. De 1993 até meados de 1997, 301 empresas brasileiras forma compradas por estrangeiros: 3 em 1993; 36 em 1994; 62 em 1995; 119 em 1996; e 74 só no primeiro semestre de 1997.

O setor nacional de eletrodomésticos praticamente sumiu: a francesa SEB comprou a Arno, a sueca Electrolux comprou a Prosdócimo, a Continental foi adquirida pelo consórcio alemão Bosch-Siemmens. No setor de autopeças, 23 empresas nacionais foram compradas. Dentre elas, a Cofap e a Metal Leve, as duas maiores do setor passaram para a alemã Mahle.

Outro setor que interessa ao capital imperialista é o de seguradoras e bancos. A Allianz alemã elevou de 20% para 50% sua parte na seguradora do Bradesco, a segunda do setor. A Aetna americana passou a controlar a Sul América, a primeira do setor. O Itaú associou-se à suíça Winterhur. A Cygna americana está comprando 50% da seguradora do Unibanco. Em relação aos bancos, tramita no Congresso Nacional um projeto que libera o mercado para o capital estrangeiro.

Em relação às estatais vendidas, o capital imperialista abocanhou o quinto principal, como por exemplo no setor elétrico, onde empresas norte-americanas, francesas, espanholas e "testas-de-ferro" argentinas, peruanas e chilenas passaram dominar um dos principais setores estratégicos do país.

Esta desnacionalização progressiva coloca a raquítica economia semicolonial brasileira cada vez mais em função de objetivos estranhos, determinados pelas metrópoles imperialistas (EUA, Europa, Japão), que drenam a poupança nacional, aumentando o grau de exploração sobre os trabalhadores. O que demonstra ser a luta contra a opressão nacional (antiimperialista) inseparável da luta contra a exploração capitalista (anticapitalista). As correntes políticas que negam a necessidade da luta antiimperialista, de fato, fazem o jogo da burguesia, que sempre capitulou diante do imperialismo.

Somente uma resposta revolucionária, sob a estratégia do governo operário e camponês, poderá defender a economia nacional contra a burguesia decadente e o imperialismo saqueador.



## Prestes e seus herdeiros

No dia 3 de janeiro, comemorou-se o centenário de nascimento de Luiz Carlos Prestes, com inúmeros atos e homenagens em nível nacional, tendo especial destaque a solenidade ocorrida na ABI no Rio de Janeiro, para a abertura da I Conferência Nacional do Movimento 5 de Julho.

Desde os dias da Coluna Prestes até sua morte, Prestes foi tido como um mito, por sua vida trágica e portentosa. Tal culto à personalidade, no entanto, tem servido para encobrir qualquer visão crítica sobre o papel político de Prestes no movimento operário brasileiro.

No que pesem suas qualidades pessoais e sua dedicação a uma política que considerava correta, Prestes foi o principal representante da política contra-revolucionária do estalinismo no Brasil. Sua intervenção política está ligada ao golpismo pequeno-burguês que culminou no levante de 1935; à tese etapista da revolução democrático-popular, de cunho antiimperialista e antifeudal, do IV Congresso do PCB; ao apoio a Getúlio Vargas nas eleições de 1945, o mesmo que perseguiu os comunistas nos 15 anos de seu governo; à Declaração de Março de 1958, que pregava a via pacífica para o socialismo, a capitulação maior do movimento operário à burguesia nacional e o



apoio descarado a uma suposta ala nacionalista do governo Kubitschek; além da subserviência às manobras antiproletárias da burocracia soviética na política internacional. Apesar de seu rompimento com o PCB em 1980 e sua famosa autocritica, Prestes jamais rompeu com o estalinismo. Apoiou Brizola para presidente em 1989, reeditando o surrado etapismo menchevista, e morreu defendendo as orientações restauracionistas das burocracias dos Estados operários e a teoria antimarxista do "socialismo num só país".

Seus herdeiros, hoje agrupados no Movimento 5 de Julho, continuam

tributários do estalinismo. São defensores intransigentes da burocracia cubana e chinesa, além de apoiarem a tática de frente popular sob a forma de um movimento que "una a classe operária e as mais amplas forças populares e democráticas do país contra o atual governo neoliberal dos monopólios" (Reacender a Chama), o que necessariamente conduz à tese reformista da "frente de centro-esquerda".

Para os trabalhadores conscientes, o centenário de Luiz Carlos Prestes deve servir para a reflexão sobre a função desagregadora do estalinismo na história do movimento operário brasileiro. Somente alicerçado em uma crítica contundente às variantes nacionais do estalinismo, como e prestismo, será posto em pé o partido operário revolucionário, capaz de conduzir as massas à revolução socialista.

NACIONAL



### Rio Grande do Norte

## Sucessão do governo não traz novidades

O senador usineiro Geraldo Melo (PSDB) rachou com o governador Garibaldi Alves (PMDB), devido tanto a divergências da aplicação do dinheiro da privatização da COSERN quanto a sua vontade pessoal de se tornar governador do Estado. O PSDB, principalmente Geraldo Melo, defende a convocação de "todo o povo" do Rio Grande do Norte — entenda-se os aliados do governo — para decidir a locação dos recursos obtidos através da privatização da estatal. Na verdade, é a disputa pela distribuição dos recursos. Não sendo ouvido, fala por todo canto da utilidade com probidade dos recursos da privatização da COSERN.

O governador do PMDB está utilizando parte dos recursos para a construção de adutoras, em sua maioria, nos municípios dos prefeitos do seu partido, como também em alguns onde

perdeu, na tentativa de reverter o quadro. O jornal de sua família afirma que o governador encontra-se com 70% de aceitação.

O PFL, da oligarquia Maia - rival dos Alves -, para se opor à reeleição do PMDB, vai coligar-se com o PSDB. O PSDB superou divergências em suas fileiras para aliar-se com o PFL. João Faustino e Carlos Alberto (ambos do PSDB) faziam oposição a esta aliança devido a mágoas das eleições passadas - questões pessoais. A Convenção do PSDB juntou todos. O PFL ainda não se decidiu pela aliança ou candidatura própria, mas tudo indica que pretenda a aliança, pois Agripino Maia visa a um cargo de Ministro prometido pelo governo FHC. A prefeita Wilma de Faria (PSB) espera a definição do PFL para se decidir, pois o acordo que a levou ao poder municipal deixou o PSB a reboque da oligar-

quia Maia. Em debate em rádio, todos os candidatos criticaram o governo e o PT disse que todos eram "farinha do mesmo saco". Trata-se de uma crítica apenas eleitoreira, pois o PT está marcado por fazer alianças com partidos da burguesia.

As disputas entre os partidos da burguesia são pela direção do aparelho de Estado. Nada significa de melhoras para os trabalhadores. A classe explorada deve marchar unida, construindo sua independência de classe através de um programa revolucionário. O POR propõe a construção da Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA) como forma de organização capaz de unir todos os trabalhadores e correntes proletárias na ação direta de destruição do capitalismo. Para isso, a palavra de ordem geral deve ser: Abaixo o Plano Real e o Pacote de FHC!

# Qual é o problema da lei de doação de órgãos?

O avanço da ciência médica e das técnicas de transplante são de grande importância para a humanidade. O problema está em que tal feito ocorre sob a égide e controle do capital. O que quer dizer sob a lei capitalista da obtenção do lucro.

Quando falamos de grande importância para a humanidade, referimo-nos à progressividade das conquistas científicas e não de sua aplicação social. Deste último ponto de vista, apenas uma ultraminoria tem acesso aos transplantes, via de regra a minoria rica.

A lei de doação recém-aprovada pelo Congresso criou o maior alvoroço. Ela permite a retirada de órgãos depois da morte cerebral sem autorização familiar, desde que não tenha constado em documento que não é doador. A grita partiu de políticos representantes da classe média, instituições médicas e religiosas. Vários motivos são apresentados, inclusive conservadores e reacionários, como o da propriedade familiar sobre o corpo. Por detrás desses argumentos, como não poderia deixar de ser, está a Igreja.

O princípio de retirar órgãos e tecidos para permitir a continuidade da vida é profundamente humano e socialmente correto. Nesse sentido, o

corpo pertence à sociedade e não a esta ou aquela família, que teria o poder de enterrar o cadáver e transformar em pó os órgãos.

Mas então onde começa o problema? Começa no fato de que os órgãos são transformados em mercadorias e de grande valor. Esse argumento também foi brandido por uma parte dos opositores da lei. E a própria população que tem acesso às informações passou a temer pela própria vida. Não é nada difícil que açougueiros a serviço dos ricos retirem órgãos de presumíveis mortos. Com lei antiga ou lei nova, o tráfico de órgãos crescerá por toda parte. Não faltam exemplos. Com a lei nova, o perigo aumenta. O fato de já existirem duas listas para o transplante de rins, uma do órgão oficial controlador e outra do hospital, mostra que tudo está preparado para os empresários da saúde ganharem dinheiro.

O sucateamento da saúde pública tem levado a milhares de mortes evitáveis. A superlotação e a falta de equipamentos nos hospitais públicos obriga muitas vezes médicos a escolherem quem pode ser atendido e salvo, e quem não pode e morrerá. Essa escolha ficou conhecida como "loteria da morte", e é reconhecida publicamente por médicos, impotentes diante da liquidação dos hospitais públicos pelos governos.

Outra consequência é a falta de condições para utilização de órgãos de pessoas saudáveis que morrem em doentes crônicos. Os hospitais públicos não têm equipamentos, estrutura nem pessoal suficiente para realizar os procedimentos necessários. Muitos órgãos são perdidos porque os doadores não têm atendimento em tempo. Daí que muitos deficientes de rins, fígados, corações etc. acabam morrendo por "falta de doadores".

Os mais ricos contornam esse problema com a compra de órgãos. Com isso, criou-se uma rede de tráfico de órgãos, que atende a quem pode pagar dezenas de milhares de reais por isso. Até crianças são seqüestradas e mortas para retirada de órgãos para o tráfico.

Neste ponto, voltamos ao começo de nossa colocação. Na sociedade de classes, não há doentes; há sim doentes pobres e ricos. Quem se beneficia dos avanços da medicina para prolongar a vida são os milionários. A maioria pobre morre de tanto trabalhar duro e de passar fome. Os hospitais aparelhados são apenas dos burgueses e da classe média alta. O interesse dos capitalistas da saúde na lei de doação presumida é grande, pois poderão ter mais acesso à valiosíssima matéria prima da vida.

A polêmica interburguesa sobre a doação poderá ir para lá e para cá, mas não poderá tocar no essencial. No capitalismo, não há como evitar que só os ricos tenham acesso aos avanços da medicina. Com lei antiga ou nova, é assim que se passa. Dito isso com clareza, o que pressupõe a defesa do fim do capitalismo para as massas terem acesso às conquistas da humanidade, temos de responder imediatamente ao problema.

Em primeiro lugar, devemos ter claro que o corpo pertence à sociedade e não é propriedade particular de ninguém. Em segundo, que haja a expropriação de todo sistema particular de saúde, sem indenização, transformando num sistema único de saúde pública, gratuito em todos os níveis. Em terceiro, que tal sistema esteja sob o controle dos trabalhadores, através de conselhos eleitos diretamente e revogável. Está aí um primeiro passo para responder à mercantilização da vida e da morte.

## Aumenta a inadimplência de estudantes

Cerca de 25% é a média nacional de estudantes que já não podem mais pagar os estudos. A maior taxa se verificou no nordeste com 45%. O estado mais rico da União, São Paulo, teve a fabulosa incidência de 35%. Segundo a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particular, desde 1994, o crescimento da inadimplência alcança em média 5% ao ano. Há universidades que chegam a concentrar 40% de inadimplentes, como é o caso a Uniban.

A orientação do sindicato patronal é de co-

locar o nome dos estudantes no SPC e levar a dívida para os cartórios de protesto. Segundo os capitalistas da educação, tais medidas são necessárias porque a legislação impede reter provas e desligar automaticamente o aluno.

O fato é que os estudantes não conseguem mais pagar por vários motivos: 1) desemprego; 2) rebaixamento salarial; 3) mensalidades altíssimas. Essa situação mostra que cada vez mais o acesso ao ensino superior se estreita. Uma ultraminoria proveniente da classe média e da burguesia pode alcançar o ensino superior. Com o empobrecimento da classe média, o afunilamento é drástico.

A estratégia do governo caminha no sentido da destruição da Universidade pública, que abarca apenas 30% dos estudantes. Assim, a perspectiva é de maior elitização ainda.

O que chama a atenção não é esse fenômeno, resultante da crise capitalista, mas sim a paralisia do movimento estudantil, dirigido pelo PCdoB e PT. A UNE, UEEs etc se perdem em campanhas pacifistas de desarmamento, promovidas pela Globo, quando o governo avança seu projeto de privatizações e centenas e centenas de estudantes se vêm ameaçados por não poderem pagar os estudos.

Já é hora de se convocar os universitários para defenderem o ensino público e gratuito, fim do ensino pago e controle estudantil das universidades. Diante das inadimplências, defendemos o cancelamento de todas as dívidas e permanência dos estudantes nas escolas. O combate pelo direito ao estudo a todos é parte do programa antiimperialista e anticapitalista.



# Não há vagas nas escolas públicas

Os governos vêm diminuindo o número de vagas nas escolas públicas. O crescimento populacional nos bairros operários não é acompanhado pelo equivalente crescimento do número de salas de aulas. As escolas têm se tornado pequenas para atender a demanda crescente nas periferias das grandes cidades. O objetivo dos governos é reduzir gastos com a educação e outros serviços públicos. O "Estado mínimo", que vem sendo implantado, com o Plano econômico, tem essa finalidade: angariar recursos, retirando dos serviços essenciais, para continuar cumprindo os compromissos com os credores nacionais e estrangeiros. O custo de tal Plano recai inteiramente sobre as famílias trabalhadoras.

Na educação, a reforma do ensino tem como estratégia os cortes de verbas e a diminuição de escolas públicas. Só em São Paulo foram fechadas mais de 8 mil salas de aulas. Covas proíbe matrículas de crianças com 7 anos incompletos e criou mecanismos para proibir matrículas em escolas regulares de adolescentes que estão fora da idade escolar. Diz o governo que serão encaminhados para os cursos supletivos. Mas todo mundo sabe que não há suplência para todos aqueles que estão acima da idade escolar. Na verdade, o objetivo do governo é obrigar que essa parcela do estudantado recorra aos cursos pagos de suplências. Para o segundo grau, os alunos deverão se submeter, novamente, ao sorteio de vagas. As vagas para os cursos noturnos não dão para uma terça parte dos alunos que já estão no mercado de trabalho. A conversa fiada de Covas de que aumentou o número de vagas para o segundo grau se desfaz num

segundo. Basta que acompanhemos o sorteio para verificar que as vagas oferecidas se concentram no período diurno, portanto, não para os alunos que já trabalham.

O país inteiro sofre do mesmo mal. O caso do Rio de Janeiro é dramático. O governo recorreu da tropa de choque para impedir que um grupo de pais invadisse uma escola pública para conseguir uma vaga para seus filhos menores. As filas nas portas das escolas têm se tornado um retrato nacional da política de cortes de recursos para a educação.

A ausência de um movimento estudantil e sindical organizados tem possibilitado o avanço da destruição da escola pública. O fato de não organizarem a resistência dos alunos, pais e educadores acaba por colabo-

rar com a reforma educacional do governo. As denúncias por si só são insuficientes se não vierem acompanhadas de ação para barrar a ofensiva dos Planos de fome, miséria e de fim dos serviços públicos. A luta contra a privatização da educação é parte da luta mais geral contra o desemprego, arrocho e fim das conquistas sociais.

As ações instintivas de pais e alunos não serão suficientes para derrotar a truculência de uma reforma educacional, que é ditada pelo Banco Mundial.

Educação



## Rio Grande do Norte - Ceará Mirim

### Divisões no MST enfraquecem movimento

O MST no Rio Grande do Norte vem sofrendo com a divisão da direção em dois grupos. O problema dessa divisão é que ela não se dá sobre uma base programática. Não se trata de um debate sobre como destruir o poder latifundiário na região, o que seria muito positivo. Na verdade, ocorre a disputa aparelhista, ao redor do controle do movimento.

Esse tipo de divisão do movimento é bastante negativo, porque enfraquece a luta dos sem-terra diante dos capitalistas e do governo. Diferente seria se pelo menos um dos setores

estivesse empunhando a luta em defesa de um programa revolucionário, que prega a união dos sem-terra para enfrentar o latifúndio, o governo e a repressão. Esta faria parte da luta mais geral dos oprimidos pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

O POR tem defendido esse programa no interior do movimento. No acampamento de Canudos, teve de enfrentar as ameaças de um dos dirigentes do MST, em função do choque entre a defesa do programa revolucionário e as posições desse setor da

direção.

O partido revolucionário não se intimidará com as ameaças e continuará apoiando a luta camponesa contra o latifúndio, sem nunca deixar de fazer a defesa do programa revolucionário e apontar, concretamente e quando necessário, as limitações da política reformista de sua direção.

# Deputada Fátima Bezerra faz a política da pequena-burguesia

A deputada Fátima Bezerra (PT) esteve no acampamento do Riachão no momento da ocupação da fazenda e, ao invés de fortalecê-la com sua presença, impedindo assim a repressão policial, pediu para os camponeses desocuparem a terra e, depois de 24 horas, voltarem a ocupá-la - é claro, sem a presença da deputada que, com certeza, depois viria com a mesma proposta. A deputada de "luta" prometeu aos camponeses representá-los na cidade, apressando dessa forma o processo de desapropriação da terra.

A intenção da deputada era agradar a gregos e troianos. Agradar aos camponeses, prometendo a conquista da terra pelos processos de desapropriações do INCRA; agradar aos latifundiários, realizando a desocupação dos sem-terra, dando demonstrações de não ser radical.

Ao contrário da deputada, o POR acredita que o papel dos parlamentares revolucionários é estar ao lado da classe explorada, fortalecendo as suas lutas, como as ocupações, greves etc. Nunca ficar do lado da ação policial de despejo para tentar agradar ou parecer razoável para a burguesia latifundiária ou industrial. Enquanto os trabalhadores se preocupam em não radicalizar na luta, a burguesia radicaliza na repressão. Os camponeses devem responder com a

mesma moeda: a radicalização da repressão da burguesia com a radicalidade na luta pela terra. Os mandatos parlamentares devem estar subordinados à luta dos explorados, nem que isto signifique a ameaça ao mandato pela perseguição da justiça burguesa. Antes um parlamentar revolucionário sem mandato que os operários e camponeses sem salário, sem trabalho e sem terra. Nossa prioridade é a luta e a conquista das reivindicações das massas exploradas. Não é possível isto sem a destruição do capitalismo, do sistema de opressão da burguesia. Assim sendo, é normal que sua justiça persiga os lutadores revolucionários, que devem basear sua defesa no apoio da mobilização de massas.

Nacional

## México

### Responder aos massacre com a constituição de um Tribunal Popular

Um grupo paramilitar, organizado e acobertado por autoridades ligadas ao PRI governista, desfechou uma ação terrorista contra uma comunidade indígena na aldeia de Acteal. O resultado foram 45 mortes, das quais constam mulheres e crianças.

O massacre objetivou aterrizar a população indígena-camponesa que apóia a guerrilha Zapatista. A ameaça de ataque terrorista pelos paramilitares já vinha há tempo sendo feita. O governo de Ernesto Zedillo tinha informação do que poderia acontecer. Agora afirma que não tem nenhuma responsabilidade. A prisão do prefeito do município de Chenalhó, do Estado de Chiapas, acusado de fornecer armas aos paramilitares, não atinge os principais culpados. Ou seja, as autoridades do governo central.

É sabido que os paramilitares pertencem ao grupo denominado "Frente Cardenista", participantes do mesmo partido de Ernesto Zedillo, o PRI. O Partido da Revolução Democrática, do recém eleito prefeito da cidade do México, tido de centro-esquerda, reagiu ao massacre com propostas institucionais de renúncia do governador do Estado de Chiapas,



Trabalhadores rurais mexicanos vivem e trabalham sob terríveis condições.

Júlio César Ruiz Ferro, que segundo a Igreja teria sido avisado da preparação da chacina.

Certamente, essa movimentação politqueira não resolverá absolutamente nada e servirá apenas para desviar a verdadeira luta. Temos aqui no Brasil o exemplo do massacre dos sem-terra. As mesmas atitudes distracionistas foram tomadas pelo governo, pelos reformistas do PT e representantes dos Direitos Humanos. Todos choram sobre os cadáveres, reclamam da barbárie e acusam este ou aquele mandante. Mas todos se subme-

tem a investigação governamental e acabam imobilizados.

Os massacres só poderão ser respondidos com a mobilização das massas. A tarefa nesse sentido é a defender a construção de um Tribunal Popular para punir os culpados através da organização do movimento social. As chacinas se tornaram um método da burguesia de defender seu sistema econômico e seu domínio de classe. Toda e qualquer ilusão legalista em solucionar os massacres e afastar tais métodos do terror burguês terminará em traição aos trabalhadores.



# 39 anos da Revolução Cubana: Contradições e Perspectivas

Por Paulo Barbosa

A Revolução Cubana foi um ponto crucial no ascenso revolucionário mundial iniciado em 1943, com o levantamento dos "partisans" antifascistas na Itália e a derrota do exército nazista em Stalingrado. Sua vitória foi um duro golpe no imperialismo e no estalinismo.

O imperialismo norte-americano, que saiu da II Guerra Mundial como potência capitalista dominante, viu surgir em seu "quintal" uma revolução, que não pôde derrotar pela sabotagem econômica, a invasão direta, a tentativa de assassinato de seus líderes e o bloqueio político-cultural. Para o estalinismo, significou uma grande derrota política, quando este vinha defendendo, dentro da lógica da "coexistência pacífica", a "via pacífica para o socialismo", de acordo com as resoluções do XX Congresso do PCUS (1956).

## O Castrismo e o Estado Operário Cubano

O castrismo surgiu como um movimento pequeno-burguês radical, com um programa nitidamente burguês (justiça, liberdade, Constituição, reforma agrária, moralização do Estado), contra a ditadura de Batista e através da ação direta e da luta armada. O resultado desta direção pequeno-burguesa na revolução foi a criação de um governo de frente-popular do Movimento 26 de Julho com a burguesia opositora a Batista, que entrou em crise com a ação revolucionária das massas cubanas que ocupavam terras, fábricas e executava elementos do regime deposto.

Configurou-se, assim, a dinâmica da revolução permanente em Cuba. A revolução iniciou-se como democráti-

ca (burguesa), mas pelas suas forças motrizes (o proletariado e o campesinato) só podia vencer como revolução proletária (socialista). O governo burguês de frente popular caiu em novembro de 1959 e o castrismo foi empurrado ao poder sob a pressão da mobilização operária e camponesa, surgindo daí um governo operário e camponês. Em 1960, diante dos ataques do imperialismo norte-americano e da resistência das massas, forma expropriadas primeiro as destilarias ianques, depois todas as propriedades norte-americanas e, finalmente, o grande capital cubano. Surgiu, portanto, o primeiro Estado operário da América Latina, com o cumprimento da tarefa central da revolução proletária, e expropriação da burguesia.

No entanto, apesar de estar à frente de uma revolução proletária, o castrismo não se aproximou do programa da revolução mundial, o programa da IV Internacional. Devido às suas limitações pequeno-burguesas, o castrismo girou em direção à burocracia contra-revolucionária da URSS, transformando-se em uma variante do estalinismo e subordinando-se à ajuda econômica, à política da coexistência pacífica do Kremlin e fundindo o Movimento 26 de Julho com o partido estalinista cubano (PSP), que participou do governo de Batista na década de 40 e foi hostil à luta guerrilheira.

Nesse sentido, as ações das massas cubanas foram controladas burocraticamente pela direção castrista, por isso não desenvolveram-se órgãos de poder e democracia operária, ocorrendo a expropriação política dos trabalhadores e a perseguição à oposição operária (incluindo os trotskistas), através de expurgos e da polícia secreta. Daí ser Cuba um Estado operário deformado, dirigido por



Internacional



uma burocracia parasitária que vem minando as conquistas da primeira revolução proletária vitoriosa da América Latina.

*Observação:* nos próximos números, daremos continuidade ao artigo sobre Cuba.

## Defesa incondicional de Cuba e a luta antirestauracionista

O fato do castrismo manter as conquistas da revolução, agora ameaçadas por sua posição restauracionista, fez com que os EUA agissem constantemente no sentido da derrubada do Estado Operário. Apesar do PC cubano admitir e implantar reformas pró-capitalistas, o imperialismo norte-americano continua com suas ameaças intervencionistas. Frente a isso, está colocada a defesa incondicional de Cuba.

O importante, na situação, é que a ameaça às conquistas da revolução não se centram na possi-

bilidade de intervenção direta, mas na indireta, através da restauração, a exemplo da ex-União Soviética. Passo a passo, Castro cede às exigências de reconstituição da propriedade privada dos meios de produção. O reatamento de Cuba com o Vaticano significa fortalecer as forças pró-capitalistas. Também nesse sentido trabalha a diplomacia espanhola. É fundamental rechaçar a capitulação do castrismo frente às pressões mundiais do imperialismo e dos restauracionistas russos.

# 150 anos do Manifesto Comunista

(7ª e última parte)

Com essa 7ª parte, terminamos os comentários sobre os "Princípios do Comunismo" de Engels. Estamos na pergunta de número 21 ("Que influência exercerá a ordem social comunista sobre a família?"). As questões 22 ("Como se comportará a organização comunista a respeito das nacionalidades existentes?") e a 23 ("Como se comportará a respeito das religiões existentes?") ficaram sem as respostas correspondentes. As posteriores, 24 e 25, referem-se as correntes socialistas da época e a atitude dos comunistas perante elas. O questionário termina na pergunta 25.

Sobre a família, Engels demonstra que está condicionada pelas relações da propriedade burguesa. A supressão da propriedade privada dos meios de produção, sua substituição pela propriedade coletiva e a extinção das classes transformarão completamente as relações familiares. Extirparão a dependência da mulher em relação ao homem e dos filhos em relação aos pais. A educação dos filhos estará sob os cuidados da sociedade. A vida afetiva e sexual entre o homem e a mulher passará a ser privativa àqueles que nela estiverem envolvidos. Assim estará livre dos condicionamentos alienantes e opressivos das relações econômicas. O mesmo acontecerá com a prostituição. Esta é produto da propriedade privada.

Sobre as correntes socialistas e suas diferenças com os comunistas, Engels identifica três tipos:

Os primeiros são os defensores da restauração da sociedade feudal e patriarcal. Sob a máscara de socialistas, essa corrente corresponde a reação ao progresso capitalista. Apoiava-se na situação de miséria do proletariado para apregoar o retorno a velha ordem feudal. Engels

denomina-a de "socialistas reacionários". Destaca três traços do reacionarismo: 1) "Aspiram algo impossível"; 2) "Porque tratam de restaurar o domínio da aristocracia, da oligarquia gremial e dos donos das manufaturas, com todo seu séquito de reis absolutos ou feudais, funcionários, soldados e clérigos; uma sociedade que, embora livre dos males da atual, tinha em contrapartida outros não menos graves e não possibilitava a menor perspectiva de emancipação dos operários oprimidos por meio de uma organização comunista"; 3) "E porque estes socialistas põem a descoberto suas verdadeiras intenções toda vez que o proletariado se torna revolucionário e comunista, aliando-se imediatamente à burguesia contra os proletários".

Os segundos não propõem a volta do feudalismo, mas defendem a ordem capitalista. Reconhecem nas contradições sociais um perigo para a própria existência do regime burguês. Assim, são partidários da solução de tais contradições para conservar a sociedade de classes. Comparecem como reformistas. Engels os denomina de "socialistas burgueses". Devem ser combatidos.

Os terceiros são os "socialistas democráticos", também assim denominados por Engels. Esta corrente defende alguns pontos em comum com o programa dos comunistas. Engels se refere concretamente à pergunta 18 ("Que curso seguirá essa revolução?"). Por essa razão, os "socialistas democráticos" são possíveis aliados dos comunistas. Engels conclui a questão com a seguinte formulação: "Os comunistas deverão portanto chegar a um entendimento com esses socialistas democráticos nas diferentes fases da ação e deverão em geral seguir para momento uma política comum com eles, sempre que estes socialistas não atuarem a serviço da burguesia dominante e não atacarem os comunistas. É evidente que esse tipo de ação comum não exclui a discussão das diferenças existentes entre eles e os comunistas".

Pode-se notar a importância dessa passagem referente à tática frentista. Trata-se de atividades comuns "nas diferentes fases de ação". Tal entendimento só é possível nas condições dos "socialistas democráticos" estarem contra a burguesia e não atacarem os comunistas. Por outro lado, o trabalho frentista não pode eliminar "a discussão das diferenças".

Na última pergunta dos "Princípios", Engels dá exemplos concretos. "Na Inglaterra, por exemplo, o movimento cartista, integrado por operários, está infinitamente mais próximo dos comunistas do que os pequenos burgueses democráticos ou os chamados radicais". Nos Estados Unidos, Engels cita o caso dos "reformadores agrários nacionais". Na Alemanha, a

situação era bem particular. Ainda a burguesia não tinha chegado ao poder e se chocava com a monarquia absoluta. Sem que esta derrotasse o poder feudal e instalasse o seu próprio regime, não era possível ao proletariado lutar pela revolução comunista. Cobia, portanto, aos comunistas fazer frente com a burguesia liberal contra a monarquia.

Nesse aspecto, Engels chama atenção para não se iludir com as promessas burguesas. Assim conclui: "As únicas vantagens que a vitória da burguesia oferecerá aos comunistas serão: a) Diversas concessões que facilitarão aos comunistas a defesa, a discussão e a difusão de seus princípios e, portanto, a unificação do proletariado numa classe organizada, estreitamente unida e pronta para a luta; b) A certeza de que no dia em que caírem os governos absolutos começará a luta entre burgueses e proletários. A partir desse dia, a política partidária dos comunistas será a mesma que nos países onde já domina a burguesia.

A clareza programática e tática dos "Princípios" é assombrosa. Nos países em que a burguesia já havia triunfado, a tarefa era a de unir o proletariado para derrocá-la. Onde a burguesia não havia ainda triunfado, como na Alemanha, o proletariado deveria participar do movimento democrático contra o absolutismo, sem contudo se submeter à burguesia e ter claro que assim que esta chegasse ao poder a luta continuaria no sentido da revolução proletária.

Comparando os "Princípios" com o "Manifesto Comunista", verificamos a grande importância desse escrito de Engels. Marx não fez senão aperfeiçoá-lo. Os dois criadores do socialismo científico, Marx e Engels, mostraram-se em total sintonia. Os "Princípios" e o "Manifesto" são um só programa que mantém a mais completa vitalidade para nossa época de putrefação do sistema capitalista de exploração do homem pelo homem.

*Observação:* As duas questões que permaneceram sem resposta, na verdade, foram formuladas no "Projeto de profissão de fé comunista".

Sobre as nacionalidades: "As nacionalidades dos povos que irão se unir segundo o princípio da comunidade serão forçadas por essa união a se fundirem e, conseqüentemente, a se suprimirem, bem como as diferenças de ordem e de classes desaparecerão com a supressão de seu fundamento, ou seja, a propriedade privada".

Sobre as religiões: "Todas as religiões até agora foram a expressão de estágios do desenvolvimento histórico de povos singulares ou de grupos de povos. O comunismo, porém, é o estágio de desenvolvimento que torna superfluas todas as religiões existentes e as suprime".

